

ÍNDICE GERAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO	Págs. 5
----------------------------	------------

CAPÍTULO I
DIREITO DO ESTADO E TEORIA
DA CONSTITUIÇÃO

§ 1. O Direito do Estado como direito político	9
§ 2. A construção da ordem constitucional	12
§ 3. A autonomização do Direito Constitucional	15
§ 4. Direito Constitucional e Teoria da Constituição	18

CAPÍTULO II
O CONCEITO DE ESTADO

§ 1. Origem	23
§ 2. Elementos constitutivos	25
2.1. Povo	25
2.2. Território	27
2.3. Poder político	28
§ 3. Formas de Estado	31
3.1. Estado unitário	31
3.1.1. Simples	32
3.1.2. Regionalizado	33
3.2. Estado composto	34
3.2.1. Uniões de Estados	34
3.2.2. Estados federais	35
§ 4. A abertura europeia e internacional	41

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PODER POLÍTICO

	Págs.
§ 1. O poder legislativo	57
1.1. A primazia do poder legislativo	57
1.2. Organização e funcionamento	60
1.3. Funções e competências	66
1.4. O equilíbrio de poderes entre o governo e o parlamento	69
1.5. A mudança de significado das funções decisória e legislativa	74
1.6. A dissolução do parlamento	79
§ 2. O poder executivo	82
2.1. Nomeação e início de funções	83
2.2. Organização e funcionamento	89
2.3. Funções e competências	95
2.4. Cessação de funções	97
§ 3. O poder judicial	101
3.1. A função constitucional do juiz	104
3.2. Princípios estruturantes	105
3.2.1. Princípio da independência	105
3.2.2. Princípio da inamovibilidade	106
3.2.3. Princípio da imparcialidade	107
3.2.3. Princípio da responsabilidade	108

CAPÍTULO IV

O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

§ 1. Origem	113
§ 2. Funções e conteúdo	118
§ 3. Formas de constituição	120
3.1. Constituição em sentido formal	120
3.2. Constituição em sentido material	123
§ 4. A estrutura da norma constitucional	126
4.1. Tipos de normas constitucionais	126
4.2. O direito constitucional não escrito	131
4.3. As convenções constitucionais	137

	Págs.
§ 5. A teoria do poder constituinte.....	140
5.1. Origem.....	140
5.2. Titularidade.....	142
5.3. Formas de exercício.....	143
5.3.1. Originário.....	143
5.3.2. Derivado.....	148
5.4. A revolução e a transição constitucional.....	150
§ 6. A revisão da Constituição.....	152
6.1. Revisão ordinária e revisão extraordinária.....	152
6.2. Limites procedimentais.....	153
6.2.1. Formais.....	153
6.2.2. Materiais.....	154
6.3. Revisão, mutação e desenvolvimento constitucional.....	159

CAPÍTULO V

OS SISTEMAS DE GOVERNO

§ 1. Formas de governo, sistemas de governo e regimes políticos.....	165
§ 2. Presidencialismo e parlamentarismo.....	173
§ 3. Os sistemas mistos.....	183
§ 4. O sistema de governo semi-presidencial.....	189

CAPÍTULO VI

AS CONSTITUIÇÕES PORTUGUESAS

§ 1. As constituições do período monárquico.....	207
1.1. A Constituição de 1822.....	208
1.2. A Carta Constitucional de 1826.....	211
1.3. A Constituição de 1838.....	217
1.4. Terceira vigência da Carta Constitucional (1842-1910).....	219
§ 2. A Constituição republicana de 1911.....	222

	Págs.
§ 3. A Constituição autoritária de 1933	228
§ 4. A Constituição de 1976	233

CAPÍTULO VII

O PROCEDIMENTO LEGISLATIVO

§ 1. Hierarquia e pluralidade nos processos de criação jurídica.....	241
§ 2. O conceito constitucional de lei.....	243
§ 3. Os princípios da supremacia da Constituição, primazia de lei e reserva de lei.....	247
§ 4. Tipologia das formas legislativas.....	255
4.1. Leis constitucionais.....	256
4.2. Leis reforçadas	256
4.3. Leis de bases	259
4.4. Leis de autorização legislativa	259
4.5. Leis estatutárias.....	261
4.6. Decretos-leis	261
4.7. Decretos legislativos regionais	263
§ 5. O procedimento legislativo.....	266
5.1. Iniciativa.....	267
5.1.1. Projectos de lei	267
5.1.2. Propostas de lei	268
5.2. Deliberação e aprovação.....	268
5.2.1. Debate público.....	268
5.2.2. Exame em comissão.....	269
5.2.3. Emendas.....	270
5.2.4. Aprovação final	270
5.3. Integração e eficácia	271
5.3.1. Promulgação e veto.....	271
5.3.2. Fiscalização preventiva	273
5.3.3. Publicação.....	278
§ 6. A apreciação parlamentar de actos legislativos.....	279

CAPÍTULO VIII

A TEORIA DO CONTROLE DE NORMAS

	Págs.
§ 1. A vinculação constitucional dos poderes públicos	285
§ 2. O processo jurisdicional de controle	288
§ 3. O controle da constitucionalidade no direito português	291
§ 4. Instituições e formas de controle	293
4.1. Tipos de inconstitucionalidade	293
4.2. Tipos de processos	298
4.3. Tipos de normas sujeitas a controle	299
§ 5. O controle abstracto	308
5.1. Preventivo	308
5.2. Sucessivo	312
5.3. De omissões legislativas	314
§ 6. O controle concreto	318
6.1. Requisitos processuais	319
6.1.1. Subjectivos	319
6.1.2. Objectivos	320
6.1.3. Recurso para o Tribunal Constitucional	323
6.2. Incidente de ilegalidade e recurso por ilegalidade	327
6.3. Efeitos das decisões do Tribunal Constitucional	328
§ 7. Valores jurídicos da inconstitucionalidade	329
7.1. A questão da (in)validade	329
7.2. O problema das decisões intermédias	333

CAPÍTULO IX

A CONSTITUIÇÃO
E AS SITUAÇÕES DE CRISE

§ 1. A norma e a excepção	345
§ 2. O estado de guerra	346
§ 3. O estado de sítio e o estado de emergência	348
§ 4. As emergências internacionais: o envio de contingentes nacionais	352

	Págs.
§ 5. A suspensão dos direitos, liberdades e garantias	354
§ 6. O controle parlamentar	356

CAPÍTULO X A PROTECÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1. O conceito de direitos fundamentais.....	361
§ 2. A dupla natureza dos direitos fundamentais.....	364
§ 3. Os direitos, liberdades e garantias	368
§ 4. Os direitos económicos, sociais e culturais	372
§ 5. A protecção das minorias	380
§ 6. Formas de protecção.....	384
6.1. Não jurisdicionais	387
6.2. Jurisdicionais	388

CAPÍTULO XI OS DESAFIOS ACTUAIS DO CONSTITUCIONALISMO

§ 1. As fronteiras do Direito Constitucional.....	393
§ 2. Constituição, constitucionalismo e democracia	398
§ 3. A “contra-democracia”	402
§ 4. Constitucionalismo multi-nível e rede de inter-constitucionalidade	408
§ 5. O futuro da Constituição	417
BIBLIOGRAFIA	425
ÍNDICE GERAL.....	465